

JUDICIÁRIO

Conhecida pelo perfil técnico, ministra assume a presidência do STF nas eleições. Discreta, ela tem posicionamentos firmes em ações que envolvem o Planalto

Weber causa receio em bolsonaristas

» LUANA PATRIOLINO

A vessa aos holofotes, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber passou os últimos dez anos na Corte praticamente sem conceder entrevistas. Próxima ministra a assumir a presidência do STF, é vista pelos pares como extremamente discreta e técnica. No entanto, Weber tem assumido uma postura mais contundente nos autos dos últimos processos que relatou e se tornou um dos nomes mais temidos pelos bolsonaristas.

Em setembro, a ministra vai ser empossada como presidente da mais alta Corte do país — no auge da campanha eleitoral de 2022. Ela será a terceira mulher a ocupar o cargo. Desde o ano passado, Weber viu crescer o seu protagonismo no STF. O principal desafio é manter uma relação institucional equilibrada entre o Judiciário e o Palácio do Planalto, sem ceder aos rompantes do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Decisões proferidas por ela, como a que suspendeu a execução das emendas do chamado Orçamento Secreto, e o posicionamento a respeito do caso da vacina indiana Covaxin, por exemplo, indicam que a magistrada pretende seguir firme e técnica em seus despachos.

Nas mãos da ministra também está o conjunto de ações contra a graça constitucional dada pelo presidente Bolsonaro ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). O parlamentar foi condenado pelo Supremo a oito anos e nove meses de prisão, mas recebeu o indulto do chefe do Executivo, desgastando ainda mais a relação entre os Poderes.

Na análise do envolvimento de Bolsonaro no caso da compra do imunizante Covaxin, Rosa Weber negou, em março, um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) para arquivar o inquérito que apura se o presidente cometeu crime de prevaricação na negociação da vacina.

Ela também foi relatora da ação apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), entre outras

Nelson Jr./SCO/STF



Weber será a terceira mulher a presidir a Corte Suprema: equilíbrio necessário na turbulência eleitoral

entidades, contra a emenda criada a partir da PEC dos Precatórios. O projeto para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil e outros gastos sociais são de extremo interesse do governo, pois fazem parte do plano de reeleição do presidente.

Na avaliação do professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva, o perfil técnico de Weber é extremamente positivo, diante do cenário polarizado do país. “Os últimos presidentes de tribunais superiores se meteram a fazer política, se atrapalharam e fragilizaram suas respectivas Cortes”, opina.

“Toffoli e Fux queriam fazer acordos com Bolsonaro e acordavam com gritos de ‘fora STF’ na janela; Barroso foi tentar incorporar militares no processo eleitoral e abriu flancos para ataques às urnas”, ressaltou Silva.

O cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), destaca que o estilo contido da ministra pode ser um aliado para lidar no momento de tensão. “Ela não busca holofotes como outros, que são mais

midiaáticos. É extremamente discreta e reservada — o que é muito pertinente. Um juiz tem que ser imparcial e se distanciar do calor das disputas políticas”, acredita.

Apesar das decisões mais contundentes, o comportamento da magistrada ainda é um mistério no que diz respeito a discursos públicos e declarações à imprensa. Diferentemente do ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que na última semana deu declarações enfáticas em defesa do processo eleitoral, Weber deve manter uma linha moderada.

Aos 73 anos, a ministra deve se aposentar em outubro de 2023. Pelas regras vigentes, é obrigatória a aposentadoria dos membros do STF aos 75 anos.

Chegada ao STF

Rosa Maria Pires Weber nasceu em Porto Alegre, em 1948. Antes de assumir uma cadeira do Supremo, presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e também foi ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A carreira como jurista começou em meados de 1967, quando

ela foi aprovada em primeiro lugar no vestibular para o curso de Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A graduação foi concluída em 1971 e, em 1976, Weber já era ministra substituta.

Em 1991, foi promovida para o segundo grau de jurisdição, tornando-se desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Ocupou diversos cargos administrativos até alcançar a presidência da Casa, exercida entre 2001 e 2003.

Em 2005, foi indicada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como ministra do TST. Seis anos depois, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sugeriu o nome da magistrada para ocupar a cadeira deixada pela ministra aposentada do STF Ellen Gracie.

Em 13 de dezembro de 2011, Rosa Weber foi sabatina pelo Senado Federal, onde obteve 57 votos a favor e 14 contra. Ela foi questionada sobre temas como união homoafetiva, nepotismo, mensalão e demarcação de terras de quilombolas. A posse no STF ocorreu em 20 de dezembro do mesmo ano. Atualmente, ela é vice-presidente da Corte Suprema.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Pacífico

A Ucrânia se tornou um novo Vietnã

A guerra da Ucrânia está sendo para a Rússia de Vladimir Putin o que o Vietnã representou para os Estados Unidos. É uma guerra por procuração, na qual o que existe de mais moderno em termos de guerra híbrida está sendo empregado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), liderada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, contra as tropas russas invasoras. Se havia alguma dúvida quanto a isso, dois vazamentos de informações foram esclarecedores:

No primeiro, o *Times* revelou que “os EUA forneceram informações de inteligência a respeito de unidades russas que permitiram aos ucranianos localizar e matar muitos dos generais russos que morreram em ação na guerra da Ucrânia, de acordo com graduadas autoridades americanas”. No segundo, após uma reportagem da *NBC News*, o *Times* noticiou que os EUA “forneceram informações de inteligência que ajudaram as forças ucranianas a localizar e atacar” o Moskva, o principal navio de guerra da esquadra russa no Mar Negro, que, depois, naufragou.

Na época da guerra fria, o equilíbrio estratégico militar entre os Estados Unidos e a antiga União Soviética permitia que direita e esquerda disputassem o poder nos seus respectivos países, sobretudo na Europa, por uma via democrática, exceto nas áreas de influência das duas potências. Na zona do agrário, como diria o comentarista de futebol João Saldanha, as duas potências entravam de sola: foi assim na Hungria e antiga Tchecoslováquia, invadidas pelas tropas do Pacto de Varsóvia; e na América Latina, onde as intervenções diretas e os golpes militares apoiados pelos Estados Unidos barraram a ascensão da esquerda durante quase toda a guerra fria. A “crise dos mísseis” em Cuba, a exceção, em 1962, quase levou o mundo à guerra nuclear.

A derrota americana no Vietnã foi o primeiro de uma série de eventos nos quais os Estados Unidos fracassaram, como na Revolução Iraniana e no Afeganistão. A derrota soviética nesse país pode ser considerada o sinal de que a desintegração da União Soviética estava mais próxima do que se imaginava, antes mesmo que a queda do Muro de Berlim. O colapso do chamado “socialismo real” deu aos Estados Unidos a hegemonia nesse novo mundo unipolar, no qual a globalização avançou protagonizada por políticas neoliberais e a Otan demonstrou seu poder de intervenção na Sérvia, no Iraque, na Líbia e no Afeganistão. A emergência da China como potência econômica, nas últimas duas décadas, porém, colocou essa hegemonia em xeque no plano econômico.

O PRESIDENTE DA RÚSSIA, VLADIMIR PUTIN, ESTÁ FICANDO SEM OPÇÕES QUE NÃO SEJAM HUMILHANTES. A GUERRA PODE LHE CUSTAR O PODER, A GRANDE APOSTA DE BIDEN E DOS LÍDERES EUROPEUS

Derrota anunciada

A Rússia já está derrotada, moralmente e financeiramente. Ao afrontar a Organização do Tratado do Atlântico Norte, Putin pavimentou o caminho para sua expansão, inclusive para países tradicionalmente neutros, como a vizinha Finlândia e a Suécia. Os dois países participaram da reunião da Otan realizada ontem, na qual a Turquia retirou suas objeções à expansão do organismo. Com isso, a Rússia fica extremamente isolada no Mar Báltico. O problema é que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, está ficando sem opções que não sejam humilhantes. A guerra pode lhe custar o poder, a grande aposta de Biden e dos líderes europeus.

Biden mantém uma posição firme, mas também não sabe como sair da confrontação com a Rússia. O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski, trabalha para tornar a Ucrânia membro da Otan ou obter um pacto militar bilateral com os Estados Unidos. Ambos acreditam que a Ucrânia pode pôr os russos para correr. Putin fracassou no seu objetivo original: tomar Kiev e mudar o regime ucraniano; agora, corre o risco de fracassar na tentativa de controlar o antigo centro industrial da Ucrânia, a região do Donbass, cuja população tem origem russa em sua maioria, numa guerra mais longa e muito desgastante.

A distância entre Washington e Hanói é de 13.336 km; entre Kiev e Moscou, são apenas 775 km. A doutrina militar russa se baseia na profundidade do território e na guerra aeroespacial. Uma derrota na Ucrânia nem se compara à dos Estados Unidos no Vietnã. Putin tem duas possibilidades: jogar a toalha e bater em retirada, diante da resistência crescente do Exército ucraniano, armado e assessorado pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos, ou escalar a guerra convencional e destruir a Ucrânia, com consequências imprevisíveis, porque isso pode resultar numa intervenção direta da Otan, como aconteceu com a Sérvia. A diferença é que a Rússia tem um arsenal nuclear.

Em termos globais, há outros aspectos a serem considerados: (1) As sanções econômicas adotadas contra a Rússia utilizam com êxito toda a institucionalidade da economia mundial; (2) o Reino Unido pós-Brexit, fora da União Europeia, em aliança com os Estados Unidos, reafirmou sua hegemonia político-militar na Europa; (3) a Alemanha e a França perderam o protagonismo; (4) a guerra da Ucrânia também serve de advertência à China, em relação a Taiwan; (5) o pacto militar entre Estados Unidos, Reino Unido e Austrália e os acordos bilaterais da Austrália com o Japão e a Índia representam a expansão da Otan para o Indo-Pacífico, principal eixo do comércio mundial hegemônico pela China.

Moraes: Brasil terá “eleições limpas”

» CRISTIANE NOBERTO

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, assegurou que as eleições deste ano serão “limpas, transparentes e com urnas eletrônicas”. Ele ainda afirmou que, em 19 de dezembro, o vencedor nas urnas será “diplomado nos termos constitucionais”. Moraes discursou no Congresso Brasileiro de Magistrados, em Salvador, na manhã de ontem.

“Tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal (STF), todos vocês aqui, nós vamos garantir a democracia no Brasil com eleições limpas, transparentes e com urnas eletrônicas. Em 19 de dezembro, quem ganhar vai ser diplomado. E o Poder Judiciário continuará fiscalizando e garantindo a democracia”, afirmou o ministro.

Moraes, que também é ministro do STF, será o presidente da corte eleitoral durante as eleições. Ainda durante a fala no evento, o ministro destacou o papel do poder Judiciário, que é o “último obstáculo” para impedir “avanços populistas e ditatoriais”. Também foi enfático ao dizer que a Justiça “não pode e nem vai se acovardar perante agressões” contra a democracia.

Alexandre de Moraes reafirmou o papel de cada um dos atores da Justiça para garantir a democracia. “Cada um de nós, isso não é só o Supremo Tribunal Federal, não são só os tribunais

superiores, cada um de nós magistradas e magistrados, cada um de nós tem a sua responsabilidade para garantir que o país continue essa democracia”, frisou.

O integrante do STF falou por cerca de 30 minutos. Em parte do discurso, ele apontou sobre as milícias digitais. O TSE tem feito diversas parcerias com plataformas de conteúdo na internet para garantir a lisura das eleições. Na visão dele, os meios de comunicação são “sustentáculos da democracia”.

O ministro então afirmou que a “internet deu voz aos imbecis”, reproduzindo uma famosa frase do escritor italiano Umberto Eco. “As milícias digitais produzem conteúdo falso, notícias fraudulentas e têm o mesmo ou mais acesso que a mídia tradicional. A internet deu voz aos imbecis. Hoje qualquer um se diz especialista, veste terno, gravata, coloca painel falso de livros (como pano de fundo nos vídeos) e fala desde a guerra da Ucrânia até o preço da gasolina, além de atacar o Judiciário”, disse.

Segundo o ministro, esses grupos atacam os meios de comunicação e buscam maneiras de corromper a percepção das pessoas sobre a credibilidade da mídia tradicional. Moraes disse que esse jogo é utilizado como alternativa para atacar o povo. O magistrado, então, afirmou que o “Poder Judiciário não pode e não vai se acovardar” diante da atuação

Nelson Jr./SCO/STF



Ministro Alexandre de Moraes em sessão plenária do STF

dos grupos de hackers nem diante dessas “agressões”.

Alinhamento

O discurso de Alexandre de Moraes vai ao encontro das recentes declarações do presidente do TSE, ministro Edson Fachin. Na quinta-feira, após uma rodada de testes de urnas eletrônicas no prédio do tribunal, Fachin disse que “nada e nem ninguém vai interferir na Justiça Eleitoral”, e ressaltou que o processo eleitoral brasileiro é totalmente seguro. “No Brasil de hoje, quem põe em dúvida

o processo eleitoral é porque não confia na democracia”, afirmou.

Na sexta-feira, no mesmo evento que Moraes discursou ontem, Fachin deu mostra de como pretende agir a Justiça Eleitoral. “A nenhuma instituição ou autoridade, a Constituição permite poderes que são exclusivos da Justiça Eleitoral. Não permitiremos a subversão do processo eleitoral. E digo, para que não tenham dúvida, para remover a Justiça Eleitoral de suas funções terão que antes remover este presidente da sua presidência. Diálogo sim, joelhos dobrados, jamais”, disse Fachin.